



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5036214-09.2017.4.04.7000/PR

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

APELADO: BEBIDAS ATHENAS LTDA - ME (AUTOR)

ADVOGADO: MARCO AURÉLIO CARNEIRO

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA (RÉU)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação e remessa oficial contra sentença de procedência que, em detrimento da ANVISA, autorizou a produção e industrialização dos produtos que contenham, em sua composição, catuaba (*Anemoapegma mirandum*), jurubeba (*Solanum paniculatum*), marapuama (*Ptychopetalum olacoides*) e alcatrão (*Pinus sp.*), não podendo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentar óbice na renovação do registro dos produtos e requerimento de novos registros.

Apela a UNIÃO destacando que a catuaba, a jurubeba, a marapuama e o alcatrão não se enquadram no conceito de espécie vegetal N3, e que *"os malefícios e a toxicidade de alimentos e bebidas, muitas vezes não são identificados mesmo diante do consumo intenso por muito anos, isso até quando a realização de estudos específicos acaba revelando os efeitos danosos gerados ao organismo humano, efeitos muitas vezes discretos até o momento em que detectada a existência de danos graves e irreversíveis. Trata-se aqui, por exemplo, de resultados tipicamente decorrentes da denominada toxicidade a longo prazo"*. Enfatiza que *"Após a história mundial assistir ao surgimento de muitos resultados nefastos, a humanidade já compreendeu que, no enfocado campo, deve prevalecer, de modo absoluto, o interesse público traduzido pela precaução da exigência de prévia aferição da segurança do consumo humano de produtos alimentares ou bebidas, isso por mais que tal postura possa vir a contrariar grandes interesses comerciais e financeiros, que são meramente privados"*. Por fim, afirma que petições de avaliação de segurança das espécies em comento para uso como aditivos aromatizantes estão em análise perante a Gerência Geral de Alimentos (GGALI) da ANVISA, sendo emitidas exigências técnicas em 2017 e, após o cumprimento de tais exigências, serão autorizadas para uso em alimentos e bebidas, nas condições avaliadas como seguras.

Oportunizado prazo para contrarrazões, vieram os autos conclusos.

Parecer do MPF pela manutenção da sentença.

É o relatório.

Peço dia.

VOTO

Conforme consta do site da Anvisa <<http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeia/conceitos-e-definicoes>>: "A *Farmacopeia Brasileira* é o Código Oficial Farmacêutico do País, onde se estabelecem, dentre outras coisas, os requisitos mínimos de qualidade para fármacos, insumos, drogas vegetais, medicamentos e produtos para a saúde. Tem por finalidade promover a saúde da população, estabelecendo requisitos de qualidade e segurança dos insumos para a saúde, especialmente dos medicamentos, apoiando as ações de regulação sanitária e induzindo ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional".

A 1ª Edição da Farmacopéia foi publicada pelo Decreto nº 17.509/1926, nela já constando a forma de utilização dos produtos catuaba (*Anemopaegma mirandum*), jurubeba (*Solanum paniculatum*), marapuama (*Ptychopetalum olacoides*) e alcatrão (*Pinus sp.*). O procedimento foi repetido na 2ª Edição (Decreto nº 45.502/1959), na 3ª Edição (Decreto nº 78.840/1976) e na 4ª Edição (Decreto nº 96.607/1988).

Conforme breve histórico supra, tem-se que a regulação do uso dos produtos catuaba, jurubeba, marapuama e alcatrão vegetal obtido do pinus é quase secular.

Sabe-se, sem a realização de qualquer pesquisa, acerca da cultura popular sobre as supostas propriedades afrodisíacas de alguns dos produtos citados.

Em breve consulta à enciclopédia digital *wikipedia*, constata-se que a "*Catuaba é uma bebida **alcoólica** originária do **Brasil**, à qual se atribuem propriedades **afrodisíacas**. É preparada a partir de diversas plantas que popularmente levam o nome de catuaba, entre as quais *Erythroxylum catuaba*, *embiruçu*, *Anemopaegma glaucum*^[1] e *Avenco paegma mirandum*^[2]. A bebida é preparada com os ramos, a casca da raiz e folhas da planta. Com efeitos a longo prazo, além de aumentar a **libido**, a planta estimula o **sistema nervoso central**, é usada contra **insônia**, **nervosismo** e melhora a **memória**. Pode ser usada para aumentar a libido em homens e mulheres, e os primeiros sinais são os sonhos eróticos e depois um grande aumento no desejo sexual. Uma pesquisa realizada pela **Unicamp**, em **coelhos**, comprovou os efeitos"; que a "*Solanum paniculatum* popularmente **jurubeba**^[1], **juribeda**^[1] ou **jupeba**^[1] é uma **planta medicinal de sabor amargo**, comum em quase todo o **Brasil**(...) O uso medicinal da jurubeba é muito antigo - a garrafada ou pinga temperada com os frutos, para abrir o apetite, tratar do fígado, febres e depurar o sangue é obrigatória no sertão. Também se usa fazer o chá das folhas, bem-vindo quando o fígado sofre por sobrecarga de comida ou bebida."; que o "*Ptychopetalum olacoides*, conhecido popularmente como **muirapuama**^[1] e **marapuama**, é um **cipó** que cresce na **Amazônia**. Segundo a crença popular, a casca de sua raiz*

*tem propriedades **afrodisíacas**" e que "O alcatrão é uma mistura de substâncias betuminosas, espessa, escura e de forte odor, que se obtém da **destilação** de certas matérias orgânicas, principalmente de **carvão**, **ossos** e de algumas **madeiras** resinosas" e especificamente "O alcatrão de pinho é utilizado na fabricação de Aguardente Composta com Alcatrão, também denominada como Conhaque de Alcatrão, desde 1908 e está registrado no Ministério da Agricultura sob nº RJ 06799 00001-7."*

Evidencia-se, portanto, que as edições da Farmacopéia do Brasil abraçaram sua cultura secular. Com base nisso, produtos antes desenvolvidos artesanalmente passaram a ser também objeto de exploração por parte da indústria, que por várias décadas explora a produção regular e higidamente.

Entretanto, a 5ª e atual Edição, constante na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49/2010 da ANVISA, não fez constar tais produtos, todos vegetais.

A empresa autora BEBIDAS ATHENAS LTDA. ME., que tem como objeto social a indústria e o comércio de bebidas em geral e congêneres, e que há mais de uma década possui registro e licença para a utilização de tais produtos como matéria prima de sua produção, não obteve êxito na renovação de suas licenças, sob a alegação de que os mesmos necessitam de um estudo aprofundado a fim de verificar a segurança de seu consumo pela população.

Por tais motivos, visando garantir sua produção e sua própria existência, a empresa ajuizou esta ação, tendo em vista a negativa do MAPA em realizar a renovação dos registros de seus produtos que contenham em sua composição catuaba, jurureba, marapuama e alcatrão, por não constarem na 5ª edição da Farmacopéia Brasileira, publicada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49, de 23/11/2010, da ANVISA.

O MAPA e a ANVISA, por meio da UNIÃO, enfatizam que têm o poder-dever de zelar pela saúde pública de forma a garantir que todos os produtos em circulação no território nacional para consumo humano sejam seguros.

Evidentemente que cabe a tais órgãos, dentro de suas competências, providenciar tal segurança. Entretanto, conforme destacado supra, os produtos em comento são consumidos há séculos no Brasil e em todas as regiões da América Latina e, conforme se encontra em vários *sites* da rede mundial de computadores, já são exportados (<https://oglobo.globo.com/economia/catuaba-selvagem-se-prepara-para-chegar-aos-estados-unidos-20998349>; <https://www.saborama.com.br/exportacao/>). Ou seja, há décadas a indústria nacional se alicerçou em licenças regulares para explorar tais matérias-primas na produção, por exemplo, de bebidas alcoólicas, consumidas de norte a sul pela população brasileira. Neste contexto, o zelo com a saúde pública deve ser feito concomitantemente ao zelo com o mercado já sedimentado.

Entendo, assim, que o Estado não se pode furtar de elaborar os estudos que julgar convenientes para regular o consumo. Porém, a regulação deve ser providenciada após a conclusão de tais estudos, caso eles apontem

riscos de consumo. Pelo que se denota dos autos, a Administração exclusivamente proibiu o licenciamento e, portanto, a produção e o subsequente consumo sem, antes, ter lastro forte em estudo prévio. Conforme breve pesquisa também na rede mundial de computadores, os estudos feitos com tais produtos relatam como efeito colateral de seu excesso a indigestão. Nada, portanto, que sugira grave risco à segurança e à saúde públicas.

Enfatize-se, portanto, o poder-dever da Administração de providenciar estudos para aferir a segurança do consumo de tais produtos tradicionais. Em restando comprovado o risco, deve então ser providenciada a regulação e/ou a restrição, com base em resultados sérios de pesquisas robustas, e não em meras suposições que tragam risco à indústria empregatícia há tanto tempo sedimentada.

A sentença de procedência, então, deve ser integralmente mantida, por seus legais fundamentos:

"2.1. Preliminar - Ilegitimidade da ANVISA

Assiste razão à ANVISA, quanto à alegação de ilegitimidade passiva.

A competência normativa e fiscalizatória da ANVISA não induz a sua presença nos autos como litisconsorte passiva necessária, uma vez que a solicitação de registro das bebidas é feita ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado em juízo pela União.

Acolho a preliminar, para julgar extinto o feito, sem resolução de mérito, em face da ANVISA, com fundamento no art. 485, VI, do CPC.

2.2. Adoto, como fundamentos, o voto proferido em caso análogo pelo pela Excelentíssima Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5044694-24.2017.404.7000/SC:

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida em ação de procedimento comum, nos seguintes termos:

Trata-se de ação de Procedimento Comum ajuizada por VINHOS DUELO LTDA em desfavor da UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, por meio do qual objetiva, em sede de tutela de urgência, seja autorizada a produzir e comercializar os produtos à base de "catuaba", "jurubeba" e "marapuama", que estejam com seus registros em vigência, respeitando as datas de vencimento e, ainda, seja autorizada a efetuar a renovação dos registros dos produtos junto ao MAPA (especialmente o produto catuaba nativa, que possui vencimento em 06/08/17), e a efetuar novos registros de produtos que contenham extrato/aroma de catuaba, jurubeba e marapuama em sua composição.

Alegou, em resumo, que dentre os principais produtos que comercializa estão as bebidas alcoólicas mistas e coquetéis alcoólicos que utilizam extratos/aromas de catuaba, jurubeba e marapuama em sua composição. Contudo, ao renovar o registro de alguns produtos e regularizar outros, teve os pleitos indeferidos por ausência de previsão legal, sobretudo porque não constam na 5ª edição da Farmacopéia Brasileira. Aduz,

porém, que "não há registros que o consumo das referidas espécies tenha causado algum dano ou ameaça à saúde dos consumidores, fato que evidencia a ação precipitada do órgão regulamentador", que feriu os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e, diretamente, os princípios da livre iniciativa e livre concorrência.

A análise do pleito de tutela de urgência foi postergado para após a vinda da contestação, determinando-se a citação da ré (evento 4).

No evento 8 a autora tornou aos autos pugnando pela reconsideração da decisão com relação à data marcada para análise do pedido, haja vista o risco de ser extrapolado o prazo de vencimento do registro da Catuaba Cativa (06/08/2017).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

A questão de fundo exige apurado exame em relação às questões técnicas que impliquem na pertinência ou não da autorização para se produzir bebidas que contenham extrato de catuaba, jurubeba e marapuama na sua composição. Tal análise será alcançada na prolação da sentença, após formalizado o contraditório e resolvida a instrução do feito.

Todavia, considerando os documentos juntados aos autos e a iminência do vencimento do registro do produto catuaba nativa (06/08/2017), tenho por reconsiderar o despacho de evento 4 e passo a analisar o pleito de tutela de urgência pretendido pela autora.

Conforme consta da inicial e documentos que a acompanham, a autora possui o registro de diversas bebidas que utilizam extratos/aromas de catuaba, jurubeba e marapuama, cujas validades vão até o ano de 2020 (SC-0819800057-8), 2021 (SC-0819800061-6, SC-0819800068-3, SC-0819800069-1), 2023 (SC-0819800143-1) e 06/08/2017 (SC-0819800137-6).

Considerando que os registros/renovação possuem validade por 10 anos, é de se concluir que pelo menos desde 2007 a empresa autora já vem produzindo, com autorização expressa, bebidas que contém extratos de catuaba, jurubeba e marapuama em sua composição. A exigência de nova autorização teria decorrido da necessidade meramente formal de migração dos registros a um novo sistema eletrônico de arquivamento de registros, denominado SIPEAGRO.

O indeferimento do novo registro ocorreu porque as bebidas contém as espécies vegetais catuaba, jurubeba e marapuama, as quais não mais constam na 5ª Edição da Farmacopeia Brasileira, publicada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 49, de 23/11/2010, da ANVISA.

Todavia, tais compostos não são novos no mercado a ponto de indicar que sua adição a qualquer bebida exigiria prévios estudos sobre a possibilidade de consumo, notadamente porque se trata de produto com uso notório no País, tanto que a empresa autora possui autorização para sua utilização há pelo menos 10 anos.

A documentação acostada demonstra, ainda, que parte considerável do faturamento da autora se compõe da venda de tais produtos, tendo assim se estruturado materialmente em torno da fabricação das referidas

bebidas, de modo que sua retirada do mercado implicará em evidentes prejuízos, tanto para a autora quanto para as empresas adquirentes do produto.

Salutar destacar, mais uma vez, que o indeferimento ocorreu exclusivamente por não mais constar tais extratos da nova edição da Farmacopeia Brasileira, e não por algum estudo ou indicativo de nocividade dos produtos, salientando, ainda, que não há menção da motivação da exclusão.

Desse modo, não parece se tratar de exclusão por motivo de saúde pública ou indicativo de que a utilização dos extratos causam dano ao consumidor.

Note-se que consta do ofício de evento 1/OFÍCIO/C24 que:

"A regularização dessas espécies vegetais como aromatizantes poderá ser incorporado a Lista base de espécies regionais - âmbito Mercosul previsto no Item 5.2.1 da RDC 02/2007, contudo dependerá de estudos de uso tradicional e dos requisitos de segurança previstos na legislação sanitária".

Quanto à urgência entendo que se apresenta pelo risco de a indústria autora ser impedida de seguir sua normal produção e comercialização de bebidas, afetando sua renda e investimentos e até mesmo os empregos que indica gerar diretamente.

Desse modo, entendo razoável permitir à autora a renovação e registro dos produtos que já possuem registro perante o MAPA, utilizando, ainda, como fundamentos de decidir as ponderações utilizadas nos autos n. 5007244-78.2017.4.04.7200, pelo MM. Juiz Federal Dr. Gustavo Dias Barcelos que, por guardar pertinência com o presente caso, acrescento como parte integrante desta decisão:

"Ausente qualquer estudo que confirme a nocividade do uso do extrato de catuaba, ficaria a empresa autora, que há muitos anos utiliza tal composto e se organizou em torno dessa atividade, inclusive com inúmeros empregados, por tempo indeterminado aguardando uma comprovação no âmbito administrativo (sem prazo para ocorrer) da segurança de tal utilização. Em outras palavras, abruptamente e sem qualquer indicação técnica de nocividade, a autora que, repita-se, vem há anos regularmente e com autorização oficial utilizando o referido composto e se estruturou para tanto, ficaria com ônus de demonstrar a segurança do mesmo, aguardando indefinidamente uma possível e futura nova autorização.

Tenho que tal circunstância vem a exigir que se afaste tal ônus da autora, sob pena de se afrontar até mesmo o princípio da razoabilidade. Nesse sentido transcrevo precedente de primeiro grau já colacionado com a inicial, cujas razões adoto como parte integrante desta sentença:

Bebidas Asteca Ltda. x União, nº 0005006-72.2014.403.6112: "A controvérsia reside na impossibilidade de utilização do aditivo das plantas catuaba e jurubeba nas bebidas que a autora produz e comercializa, pois não constam da 5ª edição da Farmacopéia Brasileira, apesar de constar das edições anteriores, motivo que levou ao indeferimento da manutenção dos registros dos produtos produzidos pela empresa autora, não obstante a autora produzir as bebidas há quase 40 anos com a devida autorização (fls.38/40). Conforme relatado pela autora, como também consta da Memória da Reunião havida na

sede da ANVISA (fls. 41/47), está prevista a autorização da utilização dos aromatizantes referidos por um prazo de 1 (um) ano, autorização temporária com base no artigo 27 do Decreto-Lei nº 986/69, possibilitando que as empresas submetam os dados necessários ao atendimento do item 5.2.2.2 da Resolução RDC nº 2/2007. Deste modo, tudo indica que o problema está sendo solucionado administrativamente no sentido de permitir a continuidade da produção com utilização do aditivo das plantas catuaba e jurubeba. O fato é que a renovação do registro para os produtos em questão foi negada porque a versão atual da Farmacopéia Brasileira não inclui as espécies na composição dos produtos. Ocorre que os componentes vêm sendo utilizados há várias décadas pela Autora, não havendo registro até o momento de que seu consumo tenha causado algum dano ou ameaça à saúde de seus consumidores, de modo que a recusa em autorizar a continuidade do registro sem uma justificativa concreta macula o princípio da razoabilidade, o que autoriza a intervenção do Judiciário, não se tratando de simples controle do ato administrativo no mérito." "Neste sentido destaco precedente do Juízo da 19ª Vara Cível Federal de São Paulo, extraído dos autos nº 0008892-52.2013.403.6100: Consoante se infere dos fatos narrados na inicial, pretende a autora assegurar o direito de produzir as bebidas Cangaceiro do Norte e Cangaceiro do Norte Jurubeba, sob o fundamento de que o indeferimento se baseou apenas na Farmacopéia como fonte de consulta, existindo no sistema legal de vigilância sanitária documentos oficiais produzidos por agências/institutos de pesquisas que poderiam ter sido utilizadas na decisão. A controvérsia posta neste feito reside na impossibilidade de utilização de aditivo oriundo da planta catuaba e de ervas amargas nas bebidas que a autora produz e comercializa, não previstas na 5ª edição da Farmacopéia Brasileira, apesar de constar de edições anteriores. A despeito de a autora produzir as mencionadas bebidas há mais de 80 anos, com a devida autorização, seu pedido de renovação de registro foi indeferido sob o fundamento de que os aditivos aromatizantes derivados das plantas jurubeba e catuaba não se encontram listados em pelo menos uma das referências internacionais JECFA, UE (CoE), FDA ou FEMA, nos termos da Resolução RDC ANVISA nº 2/2007. Ocorre que não se pode desconsiderar que, há muitos anos, essas bebidas são comercializadas e consumidas. Além disso, não há notícia ou prova nos autos de que tenha ocorrido algum prejuízo à saúde. Por outro lado, a Ré informou que a ANVISA publicará Instrução Normativa para a regulamentação de aromatizantes de catuaba, marapuama, chapéu-de-couro, jurubeba, alcatrão e jatobá, bem como autorizará a utilização dos aromatizantes acima citados por prazo de um ano nas bebidas alcoólicas e não alcoólicas, corroborando os fundamentos invocados na inicial. Posto isto, considerando tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 269, I, CPC, para autorizar a parte autora a produzir e comercializar as bebidas Cangaceiro do Norte e Cangaceiro do Norte Jurubeba."(D.O. TRF3-Judicial I, Interior, de 13/07/2015-fls. 261 e seguintes)".

Indefiro, porém, o pleito relativo à autorização para efetuar novos registros de produtos que contenham extrato/aroma de catuaba, jurubeba e marapuama na sua composição, o que será devidamente analisado após a instrução do feito.

Diante do exposto, sem prejuízo de ulterior reexame da questão por ocasião da sentença, após o devido contraditório, **defiro em parte** a tutela de urgência para autorizar a autora a continuar produzindo e comercializando os produtos listados na inicial, que já possuem registro no MAPA (SC-0819800061-6, SC-0819800068-3, SC-0819800143-1,

SC-0819800137-6, SC-0819800057-8 e SC-0819800069-1) e que contenham, em sua composição industrial, extrato de catuaba, jurubeba e marapuama.

Determino à ré, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que não imponha óbice ao registro dos produtos da autora por conta de conterem catuaba, jurubeba e marapuama em sua composição, relativamente às renovações de registros já existentes.

Intimem-se.

Cumpra-se, ademais, nos termos restantes do despacho de evento 4.

Em suas razões, a agravante alegou que: (a) a ANVISA deve ser incluída no feito, uma vez que detém maiores informações e interesse quanto ao uso de aditivos alimentares; (b) o correto era o MAPA indeferir requerimentos de registros e renovação de registros que não atendam aos requisitos da RDC 02/2007, e (c) a agravada não apresentou elementos concretos para demonstrar que a impossibilidade de produzir e comercializar o produto objeto da lide fosse causar prejuízos inestimáveis, a ponto de inviabilizar o desenvolvimento de suas atividades regulares. Com base nesses fundamentos, requereu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, ao final, seu provimento.

É o relatório. Decido.

Em que pesem as alegações da agravante, não há, nos presentes autos, fundamentos que autorizem a reforma da decisão agravada, motivo pelo qual a mantenho pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Com relação ao pedido de inclusão da ANVISA no feito, na condição de litisconsorte, deve ser endereçado ao juízo a quo (cuja jurisdição não se esgotou), competente para sua análise inicial, sob pena de indevida supressão de instância.

No tocante ao mérito da insurgência recursal, o juízo de origem está próximo das partes e do contexto fático, não restando configurada situação que justifique alteração do que foi decidido. A prorrogação de registro já deferido anteriormente denota que a medida não se revela temerária.

Ademais, é presumido o prejuízo decorrente da suspensão da regular produção e comercialização das bebidas que utilizam os extratos vegetais em comento, afetando a renda e investimentos da empresa e até mesmo os empregos que indica gerar diretamente.

Ante o exposto, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

Intime-se a agravada para contrarrazões.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2017.

Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

Relatora

3. Ante o exposto, julgo extinto o feito sem resolução de mérito, em relação à ANVISA, com fundamento no art. 485, VI, do CPC. No mérito, confirmo a decisão que deferiu a antecipação de tutela e julgo **procedente o pedido, com fundamento no art. 487, I, do CPC, para autorizar a produção e**

industrialização dos produtos que contenham, em sua composição, CATUABA (Anemoapegma mirandum), JURUBEBA (Solanum paniculatum), MARAPUAMA (Ptychopetalum Olacoides) e ALCATRÃO (Pinus sp.), não podendo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentar óbice na renovação do registro dos produtos e requerimento de novos registros.

Condeno a União ao reembolso das custas adiantadas pela parte autora.

Condeno o demandante ao pagamento de honorários advocatícios em favor da ANVISA, os quais fixo nos percentuais mínimos previstos das faixas de valores indicadas no art. 85, §§ 3º e 5º, do CPC, a incidir sobre o valor da causa, corrigido pelo IPCA-e.

Condeno a União ao pagamento de honorários advocatícios em favor da parte autora, os quais fixo nos percentuais mínimos previstos das faixas de valores indicadas no art. 85, §§ 3º e 5º, do CPC, a incidir sobre o valor da causa, corrigido pelo IPCA-e."

Portanto, nega-se provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária.

Honorários Advocatícios

Tratando-se de sentença publicada já na vigência do novo Código de Processo Civil, aplicável o disposto em seu art. 85 quanto à fixação da verba honorária.

Considerando a natureza da demanda, mantenho os honorários advocatícios nos termos em que fixados.

Por fim, levando em conta o trabalho adicional do procurador na fase recursal, a verba honorária fica majorada em 2%, forte no §11 do art. 85 do CPC/2015.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso de apelação da UNIÃO e à remessa necessária.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40000886963v4** e do código CRC **2ecf2714**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Data e Hora: 26/2/2019, às 12:56:7

Conferência de autenticidade emitida em 15/03/2019 16:50:07.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5036214-09.2017.4.04.7000/PR

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

APELADO: BEBIDAS ATHENAS LTDA - ME (AUTOR)

ADVOGADO: MARCO AURÉLIO CARNEIRO

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA (RÉU)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE REGISTRO.
PRODUTOS. COMPONENTES BOTÂNICOS.
NOCIVIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Produtos a base de catuaba, jurureba, marapuama e alcatrão são utilizados secularmente e comercializados há anos no mercado brasileiro, não havendo nenhum motivo de saúde pública ou indicativo de que tenham causado danos aos consumidores.

2. Inexistindo estudo científico prévio que possa embasar a proibição da utilização de tais vegetais nativos em alimentos ou bebidas, a comercialização e o uso devem seguir autorizados até que sobrevenha eventual estudo demonstrando o risco de seu consumo.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação da UNIÃO e à remessa necessária, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2019.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40000886964v4** e do código CRC **370d97f2**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA

Data e Hora: 26/2/2019, às 12:56:7

5036214-09.2017.4.04.7000

40000886964 .V4

Conferência de autenticidade emitida em 15/03/2019 16:50:07.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO DE 25/02/2019

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5036214-09.2017.4.04.7000/PR

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

PRESIDENTE: DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

APELANTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

APELADO: BEBIDAS ATHENAS LTDA - ME (AUTOR)

ADVOGADO: MARCO AURÉLIO CARNEIRO

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Certifico que este processo foi incluído na Pauta do dia 25/02/2019, na sequência 227, disponibilizada no DE de 01/02/2019.

Certifico que a 3ª Turma, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A 3ª TURMA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DA UNIÃO E À REMESSA NECESSÁRIA.

RELATORA DO ACÓRDÃO: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

VOTANTE: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

VOTANTE: DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

VOTANTE: DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

Conferência de autenticidade emitida em 15/03/2019 16:50:07.